

INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 18

Período: 9 a 13 maio 2022



Ato n. 1/GP.VPJ, de 26 de abril de 2022

Redefine a estrutura organizacional de apoio às ações centralizadas de conciliação e mediação de conflitos coletivos no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Coletivo; cria o Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos Coletivos – CEJUSC-JT-CC, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região; regulamenta as atribuições de cada unidade; e dá outras providências.

Ato n. 18/GP, de 5 de maio de 2022

Altera o Ato n. 33/GP, de 7 de julho de 2021 e o Ato n. 19/GP, de 10 de maio de 2018, para tratar do auxílio-transporte e do transporte rodoviário regular e/ou fretado, na forma que especifica.

Ato n. 19/GP, de 5 de maio de 2022

Altera o Ato n. 1/GP, de 7 de janeiro de 2022, que instituiu a Política de Gerenciamento de Incidentes Cibernéticos no âmbito do Tribunal

Portaria n. 15/DGA, de 6 de maio de 2022

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Resolução Administrativa n. 5/TP, de 9 de maio de 2022

Altera a Resolução Administrativa n. 6/TP, de 12 de dezembro de 2017, para tratar de critérios objetivos na aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Edital de promoção n. 6, de 10 de maio de 2022. Proad n. 19117/2022

Comunica abertura de concurso de promoção para provimento do cargo de Desembargador do Trabalho.

Portaria n. 15/GP, de 11 de maio de 2022

Altera a Portaria n. 22/GP, de 14 de abril de 2014, na forma que especifica.

Resolução n. 6/GP.CR, de 11 de maio de 2022

Altera a Resolução n. 3/GP. CR, de 10 de setembro de 2020, que instituiu o Plano de Retorno Gradual às Atividades Presenciais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, no que se refere à realização de audiências

Regional do Trabalho da 2ª Região para definir o prazo de armazenamento dos registros de auditoria, na forma que especifica.

na primeira instância durante a Etapa 7, de retomada das atividades presenciais, e dá outras providências.

Órgãos de interesse

CSJT

[Resolução n. 332/ CSJT, de 29 de abril de 2022](#)
Altera a Resolução n. 185/ CSJT, de 24 de março de 2017, que dispõe sobre a padronização do uso, da governança, da infraestrutura e da gestão do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe instalado na Justiça do Trabalho.

[Resolução n. 333/CSJT, de 29 de abril de 2022](#)
Altera a Resolução n. 292/CSJT, de 20 de maio de 2021, que dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – PGTIC.

CNJ

[Portaria n. 37/CNJ, de 4 de maio de 2022](#)
Altera a Portaria n. 11/CN, de 9 de fevereiro de 2022,

TST

[Resolução Administrativa n. 2312/TST, de 2 de maio de 2022](#)
Referenda o Ato n. 163/ DILEP.SEGPES.GDGSET. SIS. GP, de 7 de abril de 2022, que altera a denominação da especialidade Segurança Judiciária dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário, Área Administrativa, para Inspetor e Agente da Polícia Judicial, aprova as atribuições e dá outras providências.

Congresso Nacional

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 39, de 2022](#)
Prorroga a vigência da Medida Provisória n. 1.106, de 17 de março de 2022, que "Altera a Lei n. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para ampliar a margem de crédito consignado aos

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 40, de 2022](#)
Prorroga a vigência da Medida Provisória n. 1.107, de 17 de março de 2022, que "Institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores - SIM Digital e altera a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei n. 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei n. 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Lei n. 13.636, de 20 de março de 2018, para estabelecer medidas de estímulo ao empreendedorismo popular e à formalização dos pequenos negócios".

Poder Executivo

[Decreto n. 11.069, de 10 de maio de 2022](#)
Regulamenta a concessão da Gratificação por

que estabelece sistemática para cumprimento do disposto nos artigos 9º, § 3º; 14, §§ 4º e 6º; 20, § 4º; e 28, caput da Resolução n. 135/CNJ, de 13 de julho de 2011, que dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados.

Portaria n. 160/CNJ, de 11 de maio de 2022

Altera a Portaria n. 178/CNJ, de 5 de novembro de 2019, que dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes do Conselho Nacional de Justiça.

segurados do Regime Geral de Previdência Social e para autorizar a realização de empréstimos e financiamentos mediante crédito consignado para beneficiários do Benefício de Prestação Continuada e de programas federais de transferência de renda, e a Lei n. 13.846, de 18 de julho de 2019, para dispor sobre a restituição de valores aos cofres públicos".

Encargo de Curso ou Concurso de que trata o art. 76-A da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e altera o Decreto n. 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal